



Conselho de Administração

ATA 36/2018

1
2
3 Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze
4 minutos, no prédio do Previmpa sito à Rua Uruguai número duzentos e setenta e sete,
5 décimo quarto andar, teve início a quingentésima septuagésima primeira reunião ordinária
6 do Conselho de Administração do Previmpa. Na verificação do quórum, estavam presentes
7 os seguintes conselheiros titulares: Adroaldo Bauer Spindola Correa, Adroaldo Rosseto
8 Fontanela, Alexandre Dias Abreu, Edmilson Todeschini, Jeferson Miola, Luciano Saldanha
9 Varela, Lucimar Rodrigues de Souza, Marilena Ruschel da Cunha, Pedro Luis da Silva
10 Vargas, Regis Hoffmann, Renan da Silva Aguiar, Rogério dos Santos Colpes e Wilibaldo
11 Josué Grüner Scherer. Na ausência dos titulares, assumiram a titularidade os suplentes
12 Antônio Renato Marrone, Cárin Cecília da Rosa Carvalho, Daniela Silveira Machado,
13 Irineu Pedro Foschiera, Mônica Urroz Sanchotene, Raul Federico Giacobone, Valter
14 Morigi. A sessão foi dirigida pelo Presidente Edmilson Todeschini, com o secretário
15 Rogério dos Santos Colpes. EXPEDIENTE-ITEM UM: Apreciação da Ata nº 35. Feita a
16 apreciação, foi constatada a necessidade de ajuste nas linhas 220 a 226. Feito o ajuste, foi
17 aprovada a Ata n. 35. EXPEDIENTE-ITEM DOIS: Informes: O conselheiro Vargas
18 informou a respeito do site do Previmpa, onde permanece publicada a matéria sobre a
19 aprovação do Projeto da Previdência Complementar. Destacou que se trata de notícia
20 defasada, pois a aprovação do Projeto depende de nova votação na Câmara Municipal.
21 Informou também sobre matérias publicadas no site da CMPA, a primeira sobre a ida do
22 Secretário Municipal da Fazenda ao CEFOR, onde apresentou o relatório de metas fiscais,
23 matéria publicada no dia 25 de setembro de 2018, destacando a afirmação do Senhor
24 Secretário, de que o “rombo” da previdência é o principal déficit das contas do Executivo
25 Municipal. Informou também sobre outra matéria, que trata dos recursos devolvidos pela
26 CMPA ao Executivo Municipal, sendo 15 milhões adiantados nos próximos dias e 15
27 milhões devolvidos até o final do ano. O conselheiro Irineu informou a respeito do jantar de
28 comemoração dos 25 anos da Associação dos Técnicos de Nível Superior do Município
29 (ASTECA), que será no dia 19 de outubro de 2018, no Restaurante da PUC-RS, prédio 40,
30 reforçando o convite a todos os presentes. O conselheiro Alexandre informou acerca da
31 sessão tumultuada realizada na tarde de ontem na CMPA, momento em que houve uma
32 tentativa para colocar em votação o Projeto da Previdência Complementar, mas que o
33 vereador Janta solicitou vistas ao Projeto, o que adiou a votação. Destacou, porém, que a
34 votação pode ocorrer ainda nesta semana. O conselheiro Wilibaldo informou sobre a
35 situação do servidor do DMAE que teve a perna amputada devido a um acidente em
36 trabalho. Salientou que o servidor ainda não obteve a concessão de aposentadoria e que está
37 tendo prejuízos financeiros com essa situação. O conselheiro solicitou que à área
38 competente do Previmpa verifique o andamento da situação deste servidor. ORDEM DO
39 DIA-ITEM UM: Apresentação e aprovação da proposta de Lei Orçamentária Anual – LOA
40 do Previmpa para 2019. A servidora da Assepla/Previmpa, Janete Goring, realizou a
41 apresentação, expondo lâminas contendo a proposta de Lei Orçamentária, salientando que

42 esta proposta deverá ser aprovada até o dia 05 de outubro, para ser posteriormente
43 encaminhada à PMPA, que por sua vez tem prazo até o dia 15 de outubro para enviar à
44 Câmara Municipal. O conselheiro Renan esclareceu que existe a possibilidade do Conselho
45 aprovar a proposta e, se entender necessário, posteriormente, encaminhar um pedido de
46 alteração ao Executivo, desde que seja antes da data de 15 de outubro, prazo que o
47 Executivo tem para compilar todas as propostas e enviar à CMPA. Em seguida, foram
48 respondidas perguntas elaboradas pelos conselheiros presentes. O conselheiro Vargas
49 questionou a respeito o valor do Comprev previsto para 2019, o que lhe foi respondido com
50 participação do conselheiro Antônio Renato, chefe da área de Compensação Financeira do
51 Previmpa. O Presidente Edmilson questionou se estavam sendo previstas para 2019 as
52 aposentadorias que estão represadas, que podem vir a ser “desencalhadas”, um volume
53 considerável. O conselheiro Wilibaldo questionou qual o volume de servidores ativos que
54 temos hoje no DMLU, no regime capitalizado, pois consta na planilha um aumento elevado
55 para 2019, e apontou que pode haver problema neste item, como em outros da proposta, que
56 entende pertinente, após a devida revisão, ser retificado pela Assepla/Previmpa. O
57 conselheiro Jeferson questionou sobre a projeção do déficit, como funciona o cálculo da
58 despesa que gera déficit no regime de repartição simples. Sobre esse item, o conselheiro
59 Vargas perguntou se o correto seria lançar no orçamento o quanto o Previmpa tem a receber
60 do Tesouro Municipal no regime de repartição simples. O conselheiro Adroaldo Bauer
61 ponderou a necessidade de considerar na despesa com pessoal as reposições inflacionárias,
62 reposição das perdas previstas e não realizadas nos orçamentos de 2017 e 2018, nas datas
63 bases correspondentes, pois são obrigações previstas na CF/1988 e na Lei Orgânica do
64 Município e não estão sendo consideradas na previsão orçamentária do Previmpa. O
65 conselheiro Jeferson afirmou que a peça orçamentária deve conter o que está previsto em
66 lei, neste caso a reposição salarial não está sendo contemplada, que o Conselho deve se
67 manifestar quanto a isso. Questionou quanto à despesa com aperfeiçoamentos, capacitações,
68 cursos e seminários, se estariam previstas, e ponderou que o ideal seria o Conselho receber
69 esta demanda com mais tempo para apreciar, que o prazo dado para apreciação do CAD não
70 é suficiente. Por essa razão, propôs que se convoque sessão extraordinária para apreciar
71 com mais profundidade a matéria. A servidora Janete Gorbng destacou que a proposta
72 orçamentária constou no processo SEI disponibilizado ao Conselho em 27 setembro. O
73 conselheiro Adroaldo Bauer declarou seu entendimento de que não se faz necessária a
74 reunião extraordinária, já que o Conselho pode aprovar a proposta orçamentária e
75 posteriormente encaminhar retificações, pois o prazo para apresentar emendas é até
76 dezembro. O presidente Edmilson, então, questionou a possibilidade de marcar uma sessão
77 extraordinária para esta semana, já que, ao consultar o Regimento Interno, confirmou a
78 exigência de um dia de antecedência para a convocação de sessão extraordinária, ou se os
79 conselheiros presentes entendem não haver necessidade de sessão extraordinária, caso
80 sentem-se em condições de votar a proposta apresentada nesta sessão, podendo o Conselho
81 retificar ou ratificar a proposta posteriormente, conforme proposição do Conselheiro
82 Adroaldo Bauer. Aberta a votação, foi aprovada pela maioria a proposição de votação na
83 sessão de hoje, proposição do conselheiro Adroaldo Bauer. Após, o Presidente Edmilson
84 propôs votação para aprovar a Proposta Orçamentária 2019. Aberta a votação e apurados os
85 votos, foi aprovada a Proposta Orçamentária 2019, por 13 votos favoráveis, 06 votos
86 contrários e 01 abstenção. No entanto, ficou acordado registrar a necessidade de ajustes na
87 proposta apresentada, nos itens sugeridos pelos conselheiros. Dessa forma, foi aprovada a
88 Lei Orçamentária Anual do Previmpa para 2019, com a ressalva de que serão

89 providenciadas as correções apontadas pelos conselheiros, agregando que o orçamento para
90 2019 deve contemplar a reposição inflacionária dos anos de 2017 e 2018. A aprovação
91 ficou condicionada à ratificação ou retificação, a ser pautada para a sessão ordinária a
92 realizar-se no dia 09 de outubro de 2018. ORDEM DO DIA-ITEM DOIS: Esclarecimentos
93 sobre o cronograma da obra da nova Sede do Previmpa. O Diretor Administrativo
94 Financeiro, Rodrigo Costa, acompanhado dos servidores da Unidade de Ativos
95 Imobiliários, UGAI/PREVIMPA, arquiteta Isabela Meneguelo e administrador Antônio
96 Pinto, prestaram esclarecimentos acerca da obra para a nova sede da Rua João Manoel.
97 Rodrigo iniciou esclarecendo sobre a licitação para escolha da empresa que fará a obra,
98 homologada na última sexta-feira, informando que a empresa vencedora não apresentou a
99 documentação habilitatória adequadamente, por essa razão a segunda empresa foi chamada
100 e habilitada. A arquiteta Isabela destacou que foi solicitada à CELIC/SMF uma atualização
101 do cronograma da obra, porém esta atualização ainda não ocorreu, mas ponderou que até
102 01/12/2018 espera-se que o contrato esteja disponibilizado para aprovação e assinaturas,
103 com início da obra na primeira semana de dezembro. O conselheiro Irineu salientou que o
104 processo da licitação ficou nove meses na SMF, que isso representa muito tempo. Rodrigo
105 Costa esclareceu que o núcleo de engenharia da SMF teve todo o cuidado e tomou medidas
106 para que não tivéssemos problemas com a licitação, todas as dúvidas, pontos críticos ou
107 aspectos que poderiam gerar problemas foram discutidos e resolvidos previamente, para que
108 a licitação não apresentasse problemas em seu curso e para que os órgãos fiscalizadores,
109 Ministério Público e Tribunal de Contas, não tivessem razões para questionar. O Presidente
110 Edmilson informou que o Conselho designou uma comissão, formada pelos conselheiros
111 Luciano e Irineu, para verificar o processo da obra. O conselheiro Luciano afirmou que as
112 licitações na PMPA estão realmente demorando muitos meses para realização, que a
113 licitação da obra do Previmpa levou de 7 a 9 meses, desde 18 de maio. Destacou outras
114 dificuldades como o tempo transcorrido de 2 meses somente para concluir o projeto feito
115 pela SMOV. Reforçou que fazer projeto com a equipe própria da PMPA é algo complicado,
116 em razão do quadro de pessoal reduzido, além de outras dificuldades. O conselheiro
117 Wilibaldo destacou os motivos que levaram o CAD a chamar a área responsável pela obra
118 para esclarecimentos, informando da demanda solicitada pelo Conselho Fiscal, e manifestou
119 preocupação com a demora e com os recursos públicos envolvidos. O conselheiro Jeferson
120 complementou a respeito da demanda apresentada pelo Conselho Fiscal, que identificou um
121 potencial prejuízo de recursos públicos devido ao transcurso de tempo. Sugeriu que se faça
122 o registro do que está sendo esclarecido nesta apresentação e que o CAD se pronuncie com
123 a maior brevidade, alertando para que não se tenha maiores atrasos ou despêncios
124 desnecessários. O conselheiro Adroaldo Bauer declarou que na gestão anterior deste
125 Conselho foi recebida a sede, autorizada a compra dos andares, e que o imóvel como um
126 todo não apresentava condições para mudança imediata, precisando de uma série de ações
127 para isso. Ressaltou o baixo valor pago pelo imóvel, que na época se mostrou um excelente
128 negócio, que a análise deve ser feita observando todo o histórico deste processo, desde a
129 aquisição do imóvel. O conselheiro Valter declarou concordar que o prédio adquirido não
130 apresentava condições para a mudança, condições que estão sendo buscadas desde então,
131 porém as licitações no Município estão realmente demorando muito o que justifica os
132 percalços até agora. O conselheiro Renan informou que no valor apontado pelo Conselho
133 Fiscal está o valor pago pelo prédio, o valor da reforma, os condomínios de ambos os
134 prédios, devendo os Conselheiros observarem com atenção os valores. Destacou, ainda, que
135 muitos percalços e dificuldades ocorridas não aparecem no papel, cita, como exemplo, o

136 convencimento dos atores da necessidade da reforma e a liberação dos recursos
137 orçamentários. Enfatiza que os recursos vinculados da venda da folha não eram suficientes
138 para a reforma, foi preciso utilizar recursos da taxa. O Diretor Rodrigo reforçou que o
139 cronograma, desde o início, em 18 de dezembro de 2014, foi sendo submetido à apreciação
140 do Conselho de Administração, que em todas as etapas existem autorizações do CAD, mas
141 que a autonomia do Departamento muitas vezes esbarra nas instâncias internas da PMPA. O
142 conselheiro Jeferson ponderou que o CAD não está de antemão apontando irregularidades,
143 o que o CAD tem é o que foi instruído pelo Conselho Fiscal, e que em seu entendimento as
144 posições tanto do Conselho Fiscal como do Conselho de Administração são no sentido de
145 somar esforços ao Departamento, para que as manifestações reforcem junto aos órgãos do
146 Município a posição de que não podemos mais ter atrasos e que os prazos daqui para a
147 frente precisam ser cumpridos. Após, não havendo mais questionamentos ou dúvidas, o
148 Presidente Edmilson considerou esgotado o item de pauta. ORDEM DO DIA-ITEM TRÊS:
149 Apresentação do Comitê de Investimentos – Resultados do Bimestre. A apresentação foi
150 adiada para a próxima reunião ordinária, em razão do adiantado do horário. ORDEM DO
151 DIA-ITEM QUATRO: Apreciação do parecer do relator do processo 18.13.000005187-6,
152 que trata da doação de 03 (três) cofres do patrimônio do Previmpa para a Guarda Municipal,
153 acerca do processo de doação de cofres para a Guarda Municipal. O conselheiro Wilibaldo,
154 relator do processo, procedeu a leitura do seu parecer, favorável à aprovação da doação dos
155 cofres. Após, colocou-se a disposição para responder aos questionamentos dos demais
156 conselheiros. O conselheiro Alexandre questionou a razão do Previmpa ter adquirido os
157 cofres. O conselheiro Renan esclareceu que os cofres foram adquiridos no leilão no qual o
158 Departamento adquiriu o imóvel para a nova sede, os cofres estavam no no interior do
159 imóvel. O Presidente Edmilson esclareceu que a legislação prevê o instrumento da doação
160 de itens do patrimônio de um ente estatal para outro, portanto não há óbice legal que impeça
161 esta doação. Em seguida, não havendo mais dúvidas ou manifestação em contrário, foi
162 aprovado pela maioria o parecer do conselheiro relator Wilibaldo, favorável à doação de
163 três cofres à Guarda Municipal. ORDEM DO DIA-ITEM CINCO: Retorno sobre
164 apontamentos apresentados pelo Conselho Fiscal sobre a Avaliação Atuarial. O conselheiro
165 Renan informou que este item já foi deliberado pelo CAD para ser tratado após o dia 15 de
166 outubro, em razão do que foi acordado entre Direção-Geral e Comitê de Investimentos.
167 Desta forma, ficou decidido retomar o item de pauta após a data de 15 de outubro de 2018.
168 ORDEM DO DIA-ITEM SEIS: Definição de pauta para a próxima reunião: Ficou decidida
169 a pauta para a próxima reunião ordinária, marcada para o dia 09 de outubro de 2018, da
170 seguinte forma: I – Ratificação ou retificação da proposta de Lei Orçamentária Anual, LOA
171 do Previmpa para 2019, já apreciada na sessão do dia 02/10/2018. II - Apresentação do
172 Comitê de Investimentos – Resultados do Bimestre. III - Apresentação do relatório da
173 Comissão formada pelos conselheiros Luciano e Irineu, que realizou análise dos processos
174 da obra da nova sede. VI - Definição de pauta para a próxima reunião. Outros itens de pauta
175 sugeridos até o dia 04 de outubro de 2018. Nada mais havendo a tratar, o Presidente
176 Edmilson Todeschini encerrou a sessão às 11 horas e 50 minutos e eu, Rogério dos Santos
177 Colpes, lavro a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

179 Adroaldo Rosseto Fontanela

Alexandre Dias Abreu

180 Antônio Renato Marrone

Cárin Cecilia da Rosa Carvalho

181 Daniela Silveira Machado

Edmilson Todeschini

182 Irineu Pedro Foschiera

Jeferson Miola

183 Luciano Saldanha Varela

Lucimar Rodrigues de Souza

184 Marilena Ruschel da Cunha

Mônica Urroz Sanchotene

185 Pedro Luis da Silva Vargas

Regis Hoffmann

186 Raul Federico Giacobone

Renan da Silva Aguiar

187 Valter Morigi

Wilibaldo Josué Grüner Scherer

